

## 7.ª VARA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

### Anúncio

Processo n.º 777-Q8/1993.  
Prestação de contas (liquidatário).  
Liquidatário judicial — Moises Levy Brendao Ayash.  
Requerida — EUT — Emp. Urbanos Turismo, L.ª

O Dr. Nuno Manuel Guimarães de Faria Machado e Sampaio, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 1265.º do CPC).

EUT — Empreendimentos Urbanos e Turismo, L.ª, com sede na Rua de Antero de Quental, 2, 2.º, direito, 2700 Amadora.

12 de Dezembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Nuno Manuel Guimarães de Faria Machado e Sampaio*. — A Oficial de Justiça, *Inês Maria dos Santos Pereira*. 3000222299

## 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LOUSADA

### Anúncio

Processo n.º 1997/05.0TBLSD-G.  
Verificação ulterior de créditos/outros direitos (CIRE).  
Autora — Maria Celeste Nunes Sousa.  
Insolvente — Jopers — Confecções, L.ª

Dr. Manuel António Neves Moreira, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Lousada faz saber que, nos presentes autos supra-identificados, que correm por apenso aos autos de declaração de insolvência, por este juízo e Tribunal, em que é devedora Jopers — Confecções, L.ª, com endereço no lugar de Belos Ares, Nespereira, 4620-000 Lousada, correm éditos de 10 dias, contados da segunda e última publicação do anúncio, citando os credores da massa insolvente, para, no prazo de 20 dias, findos os dos éditos, contestarem, querendo, a presente acção (artigos 146.º e 148.º do CIRE e 783.º do CPC), e na qual pretende o autor que seja verificado o seu crédito no montante de 16 042,46 euros, cujo duplicado se encontra neste Tribunal à disposição de quem o queira consultar, dentro das horas normais de expediente.

4 de Dezembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Manuel António Neves Moreira*. — A Oficial de Justiça, *Adelaide Magalhães*. 3000222272

## 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LOUSADA

### Anúncio

Processo n.º 1027/06.4TBLSD.  
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).  
Credora — Confecciones Bilma, S. A.  
Insolvente — Lousajuve — Pronto a Vestir, L.ª

#### Convocatória de assembleia de credores

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:  
Insolvente: Lousajuve — Pronto a Vestir, L.ª, número de identificação fiscal 502415029, com sede na Rua do Visconde de Alentém, Lousada, 4620-000 Lousada.

Administradora da insolvência: Graciela Marisol S. Coelho M. Carvalho, residente na Rua de Fradique Morujão, 260, 4460-322 Senhora da Hora.

Ficam notificados todos os interessados de que, no processo supra-identificado, foi designado o dia 16 de Janeiro de 2006, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para

reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

23 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Gavancha Nogueira*. — O Oficial de Justiça, *Joaquim Fernando Pereira Alves*. 3000222358

## 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE MANGUALDE

### Anúncio

Processo n.º 824/06.5TBMGL.  
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).  
Requerente — Malhacila — Fábrica de Malhas, S. A.  
Insolvente — Malhacila — Fábrica de Malhas, S. A.

No Tribunal da Comarca de Mangualde, 1.º Juízo de Mangualde, no dia 29 de Novembro de 2006, às 17 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Malhacila — Fábrica de Malhas, S. A., número de identificação fiscal 500611254, com endereço na Rua de Alexandre Herculano, 55, apartado 23, 3534-951 Mangualde, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor, Joaquim Daniel Albuquerque Santos, com endereço na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 35, 1.º, Mangualde, 3530-000 Mangualde, e Aida Pereira dos Santos, estado civil: casada (regime: desconhecido), nascida em 2 de Janeiro de 1961 natural de Portugal, concelho de Tondela, freguesia de Lajeosa, Tondela, nacional de Portugal, com endereço na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 35, 1.º, Mangualde, 3530-000 Mangualde, a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para administradora da insolvência é nomeada a Dr.ª Teresa Alegre, com endereço na Rua do Mercado, bloco 3, 2.º, direito, apartado 204, 3781-907 Anadia.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

#### Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 18 de Janeiro de 2007, pelas 9 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).